

Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 68

Daniel Couri

Diretor-Executivo

Vilma Pinto

Diretora

Relatório completo [aqui](#)

Brasília, 15 de setembro de 2022

- Projeção para o PIB em 2023 se mantém em 0,6%, mas subiria para 1,0% com manutenção de estímulos fiscais.
- Em cenário alternativo, considerando ainda a extensão da desoneração sobre combustíveis, inflação de 2023 passaria de 4,9% (base) para 4,7%.
- Despesas não recorrentes somaram R\$ 60,1 bilhões em agosto de 2022.
- Despesa com Auxílio Brasil de R\$ 600 não cabe no teto de gastos da União de 2023.
- Deficit primário do governo central pode alcançar R\$ 91,6 bilhões em 2023.
- Superavit primário de estados e municípios começou a cair em junho.
- Taxas de emissões nos leilões de dívida caíram em julho e agosto.
- Dívida bruta pode alcançar 81,7% do PIB em 2023.
- Piso da enfermagem teria impacto anual de R\$ 5,5 bilhões no setor público, concentrado nos entes subnacionais.

- IFI projeta impacto potencial da manutenção do Auxílio Brasil e desoneração dos combustíveis para 2023 nas principais variáveis macroeconômicas.

PROJEÇÕES NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (AUXÍLIO BRASIL E DESONERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS)

Projeções da IFI	2022	2023	
	Base	Base	Alternativo
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,6	0,6	1,0
IPCA – acumulado (% no ano)	6,4	4,9	4,7
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,20	5,22	5,40
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	10,50	11,50

Fonte: IFI.

- PIB no segundo trimestre registrou alta nominal de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- PIB real e deflator implícito também apresentaram expansão.

PIB NOMINAL, PIB EM VOLUME E DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB (VARIAÇÃO T/T-4)

	PIB nominal (R\$ trilhões)	PIB nominal Var. T/T-4	PIB em volume Var. T/T-4	Deflator implícito
2019.IV	1,920	5,5%	1,4%	4,0%
2020.I	1,846	4,9%	-0,1%	5,0%
2020.II	1,722	-5,8%	-10,7%	5,5%
2020.III	1,888	0,4%	-3,7%	4,3%
2020.IV	2,011	4,7%	-0,9%	5,7%
2021.I	2,066	11,9%	1,3%	10,5%
2021.II	2,141	24,3%	12,3%	10,7%
2021.III	2,215	17,3%	4,0%	12,8%
2021.IV	2,258	12,2%	1,6%	10,4%
2022.I	2,249	8,9%	1,7%	7,1%
2022.II	2,404	12,3%	3,2%	8,8%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Crescimento do PIB foi impulsionado pela expansão de 4,5% nos serviços pela ótica da oferta
- Sob a ótica da demanda destacou-se a expansão de 5,3% no consumo das famílias.

TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB EM VOLUME

	Variação contra o mesmo trimestre do ano anterior			Variação contra o trimestre anterior (com ajuste sazonal)		
	4T-21	1T-22	2T-22	4T-21	1T-22	2T-22
PIB	1,6%	1,7%	3,2%	0,8%	1,1%	1,2%
Ótica da oferta						
Agropecuária	-0,8%	-8,0%	-2,5%	5,9%	-0,9%	0,5%
Indústria	-1,3%	-1,5%	1,9%	-0,9%	0,6%	2,2%
Serviços	3,3%	3,7%	4,5%	0,8%	1,1%	1,3%
Ótica da demanda						
Consumo das famílias	2,1%	2,2%	5,3%	1,0%	0,5%	2,6%
Consumo do governo	2,8%	3,3%	0,7%	0,8%	-0,1%	-0,9%
Formação bruta de capital fixo	3,4%	-7,2%	1,5%	0,1%	-3,0%	4,8%
Exportações	3,3%	8,1%	-4,8%	-0,3%	5,7%	-2,5%
Importações	3,7%	-11,0%	-1,1%	0,7%	-4,0%	7,6%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

- Absorção interna configurou impacto de 4,1 p.p. no crescimento do segundo trimestre.
- Exportações líquidas exerceram contribuição negativa de 0,9 p.p.

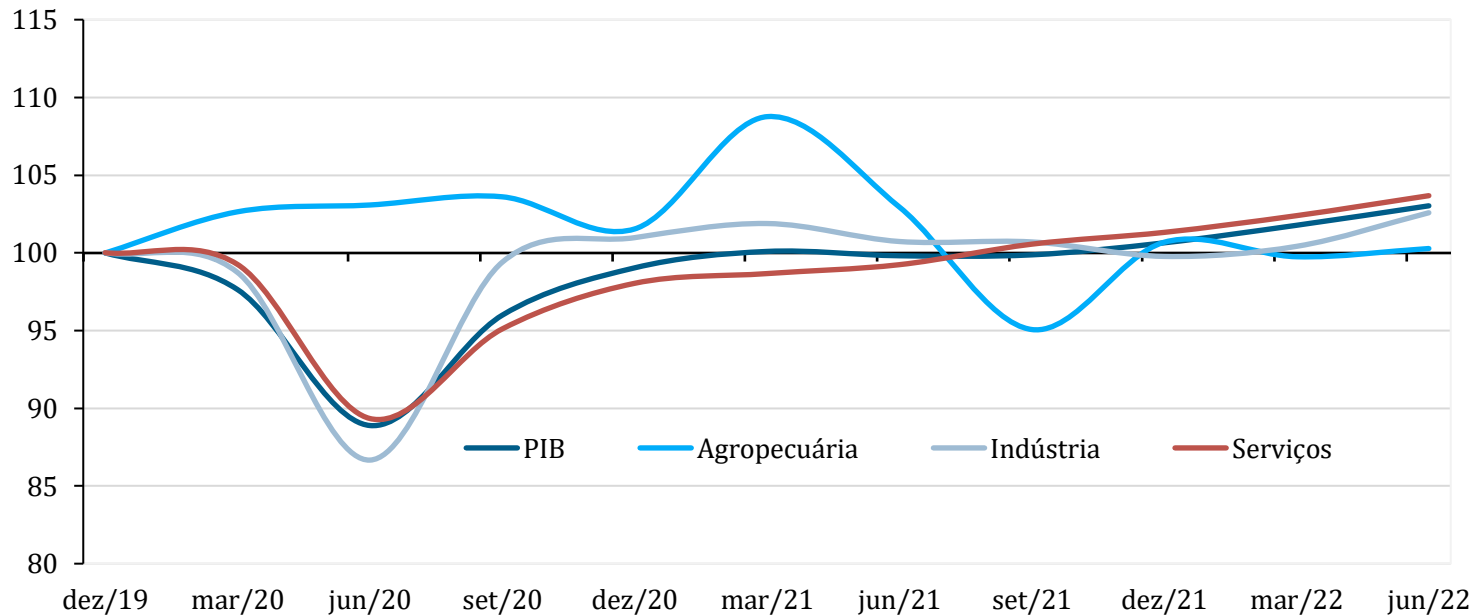
CONTRIBUIÇÕES (EM P.P.) PARA A TAXA (YOY*) DO PIB.

	1T-21	2T-21	3T-21	4T-21	1T-22	2T-22
PIB	1,3	12,3	4,0	1,6	1,7	3,2
Absorção interna	2,3	12,8	6,4	1,7	-1,9	4,1
Consumo das famílias	-1,1	6,4	2,6	1,3	1,3	3,1
Consumo do governo	-0,7	1,3	0,7	0,6	0,6	0,1
Formação bruta de capital fixo	2,9	5,0	3,1	0,6	-1,4	0,3
Varição de estoques	1,3	0,2	0,0	-0,8	-2,3	0,6
Exportações líquidas	-1,1	-0,5	-2,4	-0,1	3,5	-0,9

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI. *YoY é sigla para “year over year”, forma usual de se referir à variação entre dois períodos separados por um ano.

- Normalização das atividades presenciais beneficiou os serviços (alta de 1,3%), enquanto a construção civil impulsionou a indústria (alta de 2,2%).

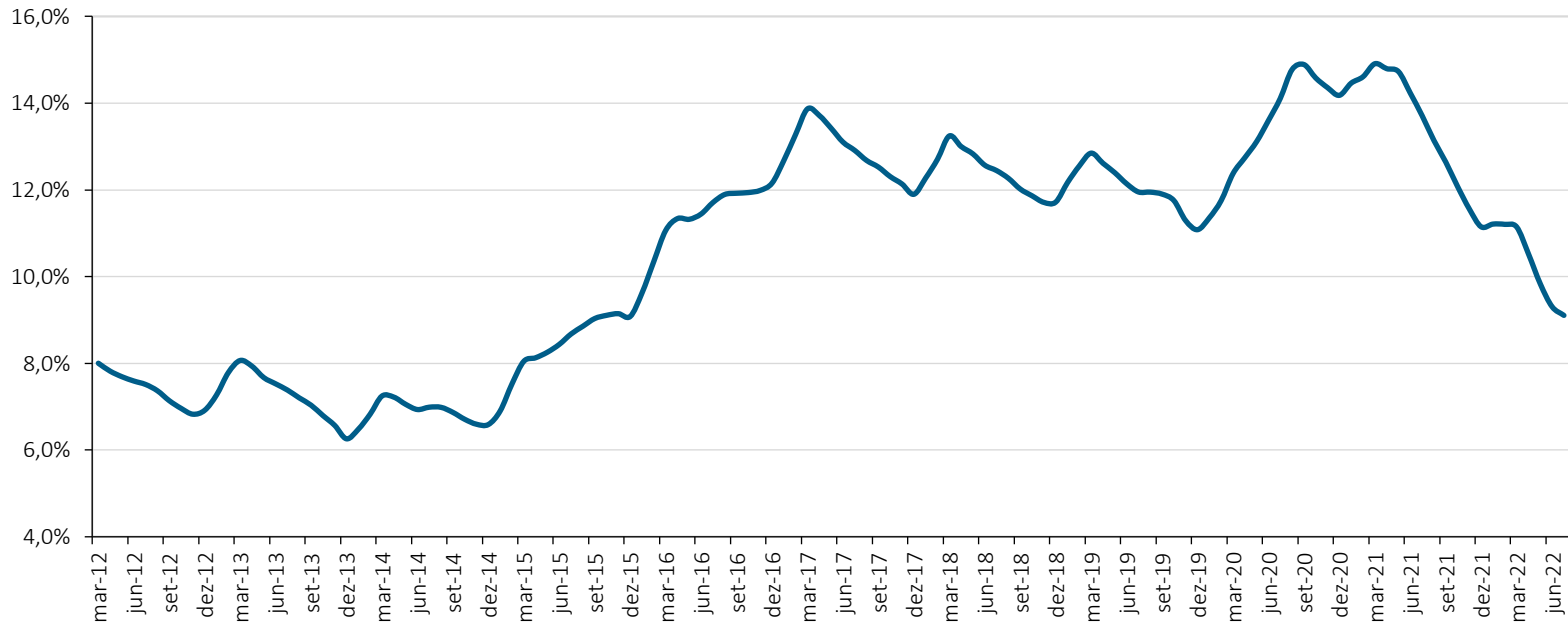
**PIB - ÍNDICE DE VOLUME TRIMESTRAL (DEZ/2019= 100)
DADOS COM AJUSTE SAZONAL**



Fonte: IBGE. Elaboração e projeções: IFI.

- Taxa de desemprego situou-se em 9,31% no trimestre encerrado em julho, inferior aos níveis vigentes nos meses que precederam a pandemia.
- Projeção da IFI é de desemprego em 9,8% no fim de 2022 e em 10,2% no fim de 2023.

TAXA DE DESEMPREGO (% DA FORÇA DE TRABALHO)



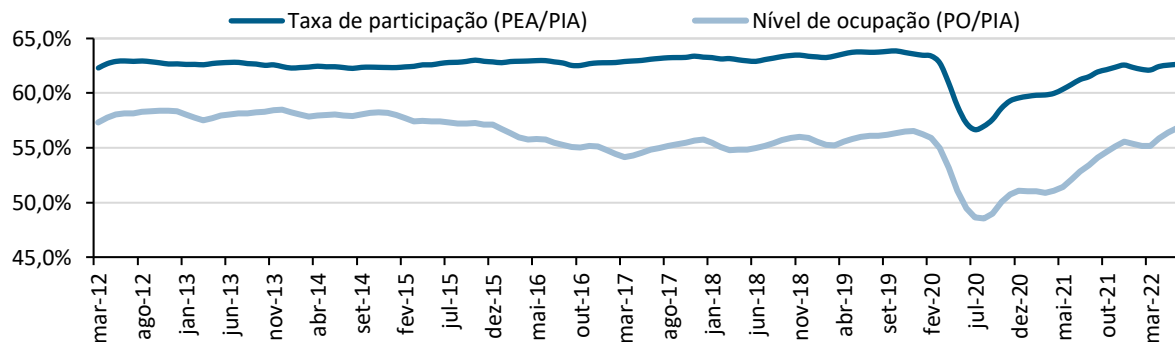
Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Número de trabalhadores formais cresceu 9,5% em julho na comparação com o mesmo mês de 2021.
- Taxa de participação de 62,7% no mercado de trabalho no trimestre encerrado em julho se aproxima lentamente dos níveis vigentes no início da pandemia.

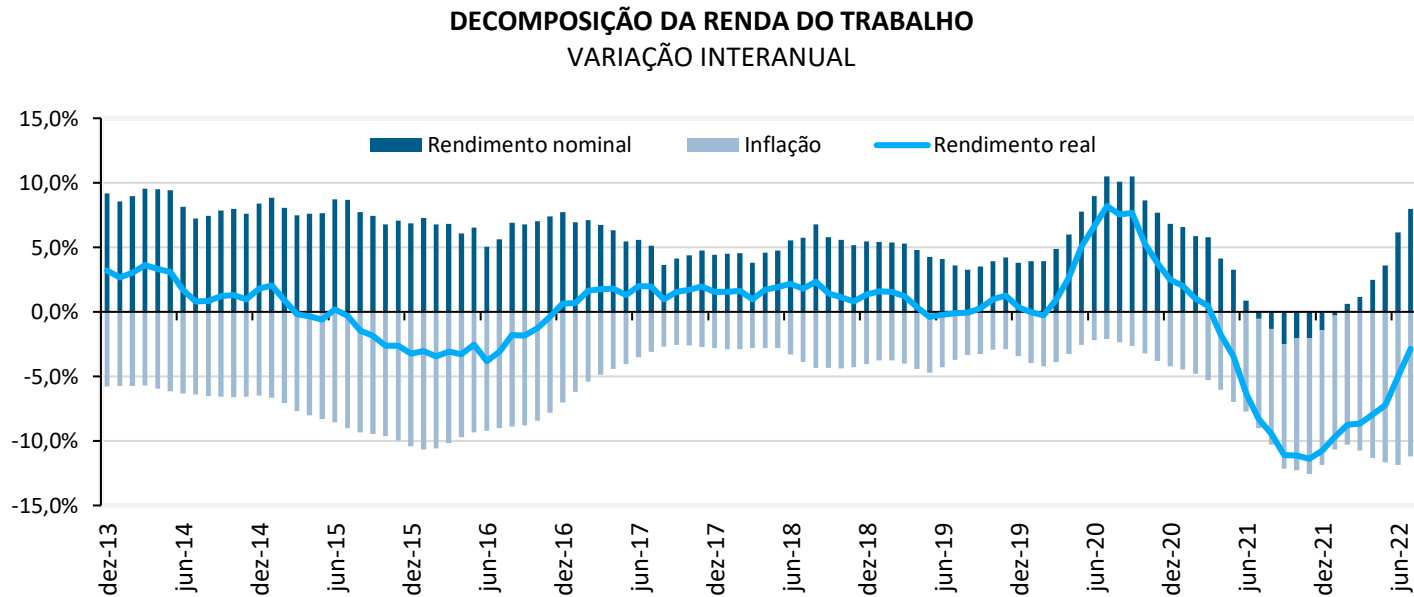
INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

	Valores (milhões)			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	jul/20	jul/21	jul/22	jul/20	jul/21	jul/22
A - População em idade ativa	170,0	171,6	173,2	1,0%	1,0%	0,9%
A.1 - População fora da força de trabalho	73,7	66,5	64,7	20,7%	-9,7%	-2,9%
A.2 - População na força de trabalho	96,3	105,1	108,5	-10,2%	9,1%	3,3%
A.2.1 - População desocupada	13,6	14,4	9,9	6,1%	6,0%	-
A.2.2 - População ocupada	82,7	90,7	98,7	-12,4%	9,6%	8,8%
População ocupada no mercado informal	30,7	36,4	39,3	-20,6%	18,8%	7,9%
População ocupada no mercado formal	52,1	54,2	59,4	-6,6%	4,2%	9,5%
Taxa de desemprego (A.2.1/A.2)	14,1%	13,7%	9,1%	2,2 p.p.	-0,4 p.p.	-4,6 p.p.
Nível de ocupação (A.2.2/A)	48,7%	52,8%	57,0%	-7,4 p.p.	4,2 p.p.	4,1 p.p.
Taxa de participação (A.2/A)	56,7%	61,2%	62,7%	-7,1 p.p.	4,6 p.p.	1,4 p.p.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO



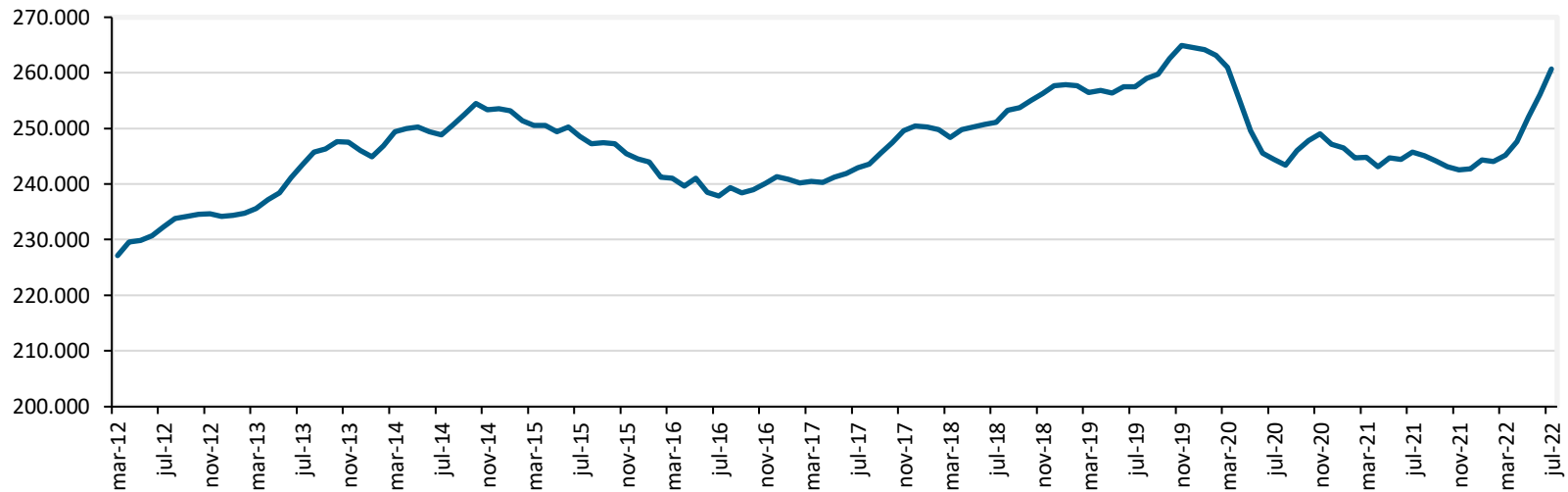
- Melhora na inflação atenuou queda nos rendimentos no curto prazo, entretanto, rendimento real recuou 2,9% no trimestre encerrado em junho.



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Aumento na geração de empregos contribuiu para a expansão da massa salarial no trimestre encerrado em julho, que cresceu 6,1%, em termos reais, na comparação com julho de 2021.

MASSA DE RENDIMENTO REAL DO TRABALHO
R\$ BI DE MAIO-JULHO 2022



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Queda de 0,36% do IPCA em agosto configurou segundo mês consecutivo de deflação.
- Comportamento dos preços administrados contribuiu para a deflação de julho e agosto, especialmente gasolina, energia elétrica residencial e telecomunicações.

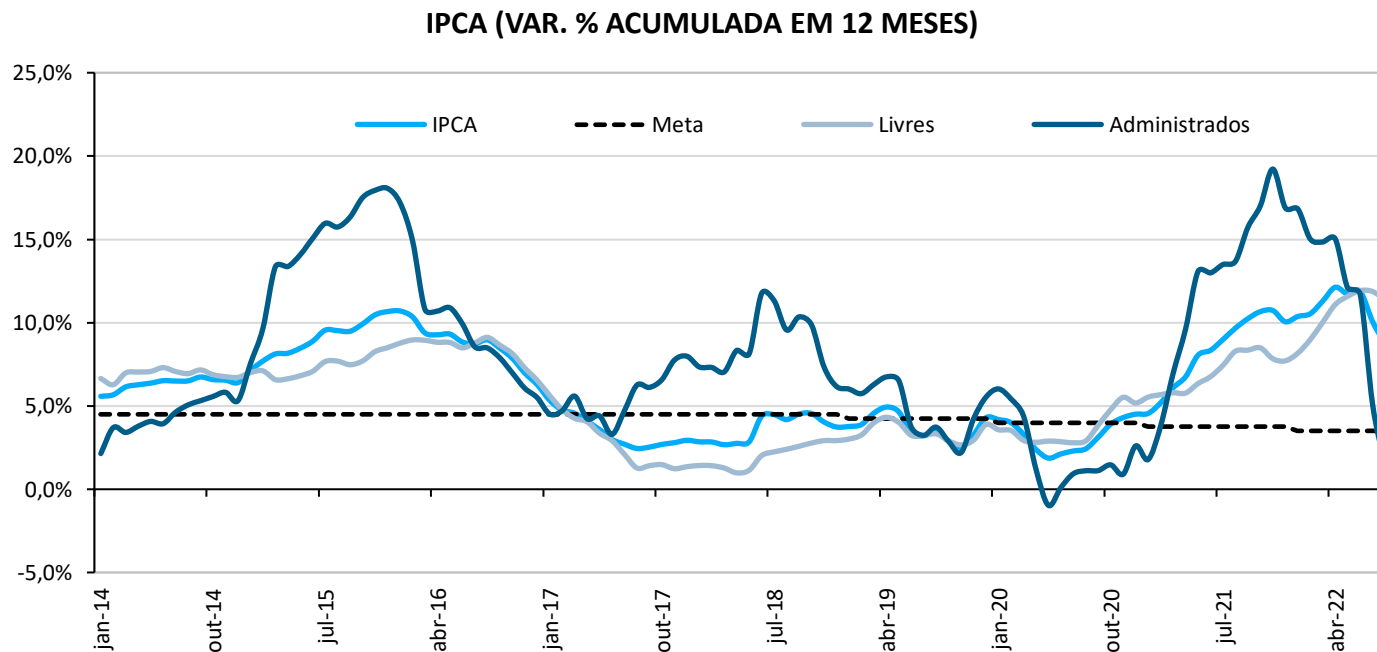
IPCA: VARIAÇÃO NO MÊS E EM 12 MESES

Inflação ao consumidor	No mês			12 meses		
	jun/22	jul/22	ago/22	jun/22	jul/22	ago/22
IPCA	0,67%	-0,68%	-0,36%	11,89%	10,07%	8,73%
Preços administrados*	0,48%	-4,35%	-2,55%	11,73%	5,10%	1,46%
Gasolina	-0,72%	-15,48%	-11,64%	26,92%	5,64%	-9,20%
Energia elétrica residencial	-1,07%	-5,78%	-1,27%	2,17%	-10,77%	-12,86%
Plano de saúde	2,99%	1,13%	1,13%	-2,18%	0,29%	1,52%
Produtos farmacêuticos	0,61%	0,57%	0,41%	13,81%	15,13%	15,28%
Preços livres	0,74%	0,65%	0,39%	11,94%	11,89%	11,39%
Alimentação no domicílio	0,63%	1,47%	0,01%	16,69%	17,49%	15,62%
Serviços	0,90%	0,80%	0,28%	8,73%	8,87%	8,75%
Industrializados	0,58%	-0,11%	0,82%	13,73%	12,83%	12,60%
Média dos núcleos	0,89%	0,53%	0,66%	10,50%	10,43%	10,42%

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: IFI.

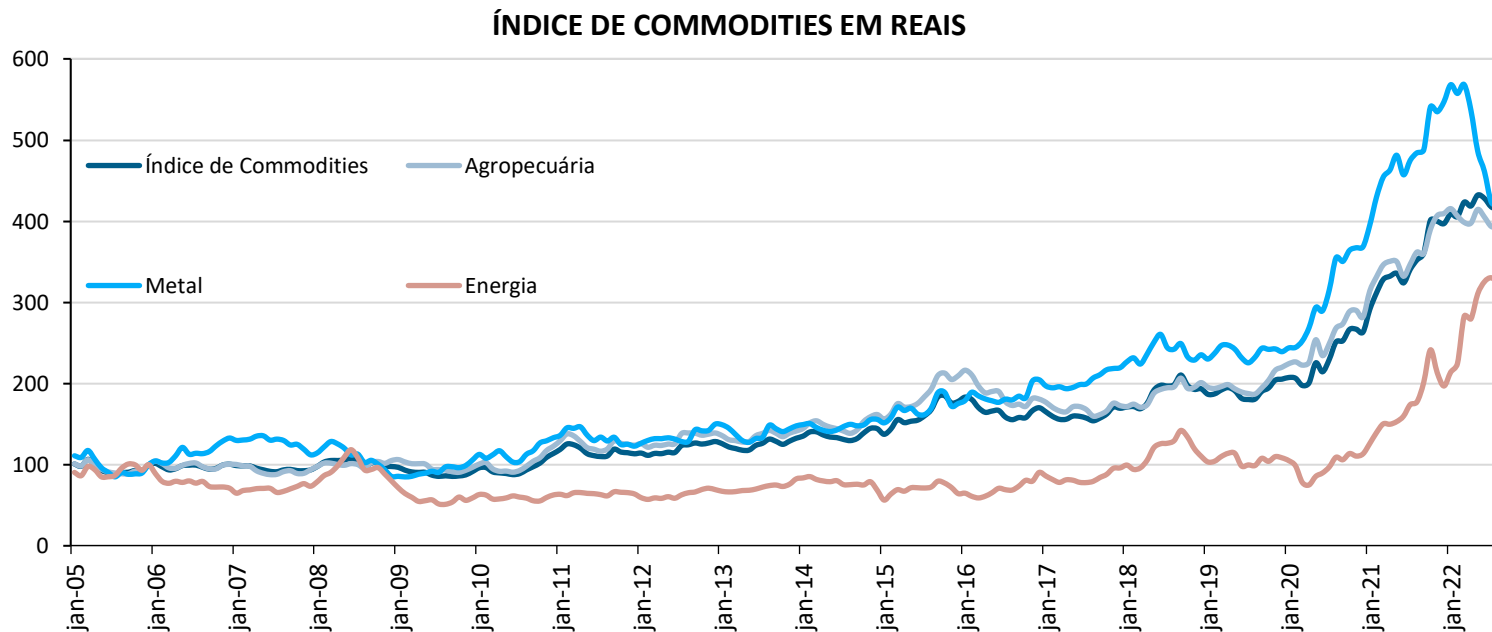
* Os preços administrados são compostos por mais de 20 itens. Gasolina, energia elétrica residencial, plano de saúde e produtos farmacêuticos têm maior peso.

- Apesar de terem registrado variação de 11,39% nos 12 meses encerrados em agosto, inflação dos preços livres mostrou desaceleração em julho e agosto.
- Núcleos de inflação, que expurgam as influências dos itens mais voláteis, ainda mostram sinais de pressão sobre a inflação ao consumidor.



Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: IFI.

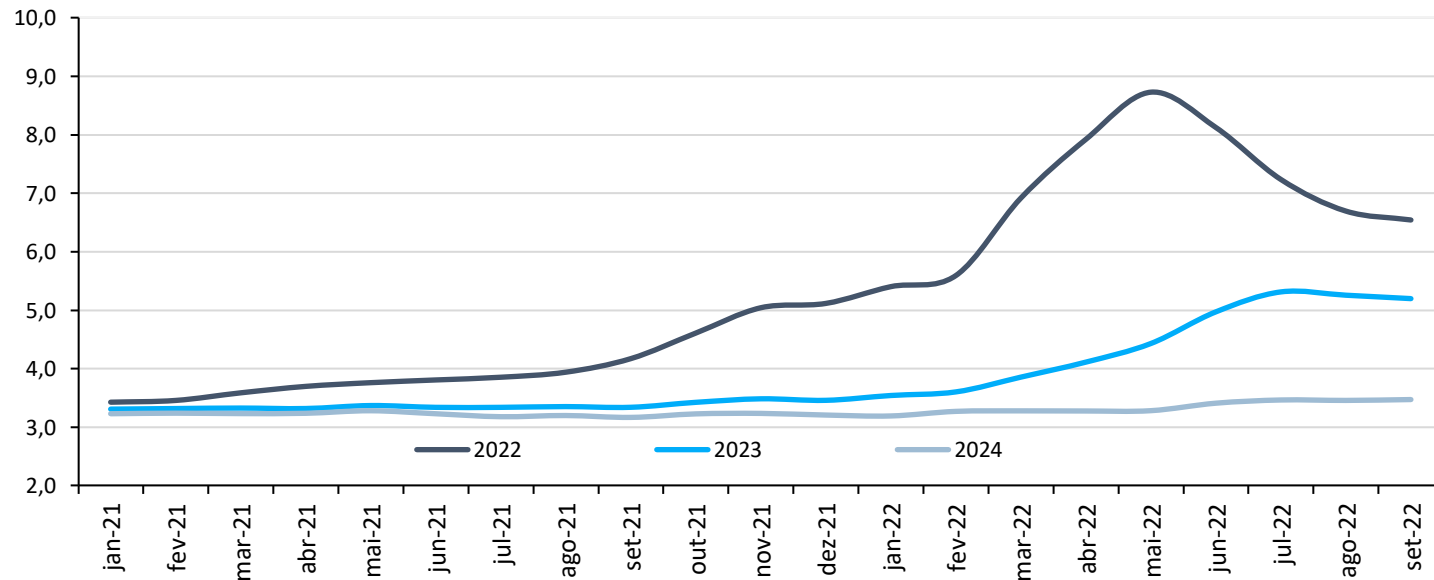
- Índice de commodities do Banco Central (IC-Br) caiu 0,72% em agosto ante julho, mantendo trajetória de queda.
- No acumulado de 2022 até agosto, IC-Br registrou alta de 4,55%.
- Apreciação cambial e queda dos preços no mercado internacional causaram a desaceleração.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

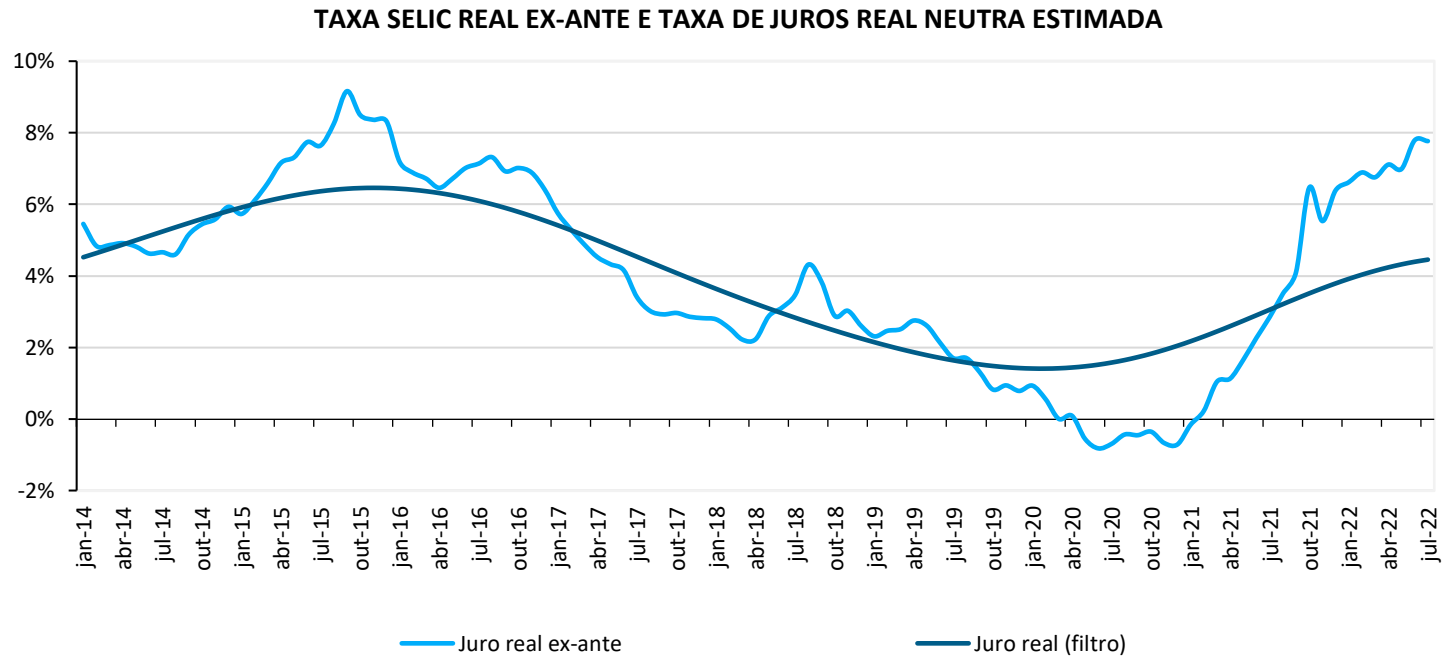
- Expectativas de inflação para 2022 e 2033 mostraram recuo nas últimas semanas, mas mediana das projeções segue acima da meta.
- Consenso dos analistas prevê inflação de 6,5% em 2022, 5,2% em 2023 e 3,5% em 2024.

EXPECTATIVA FOCUS (MÉDIA) - IPCA (2022, 2023 E 2024)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Juro real ex-ante foi de 7,8% a.a. em julho, acima da taxa de juros neutra estimada pela IFI, de 6,03%.
- Juro real acima da taxa neutra indica uma política monetária contracionista.



Fonte: Banco Central e IFI. Elaboração: IFI.

- Recolhimentos de tributos sobre a renda e de atividades de produção de petróleo impulsionaram as transferências a estados e municípios.
- Receita primária líquida do governo central cresceu 13,1% no acumulado de oito meses em 2022.

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A AGOSTO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

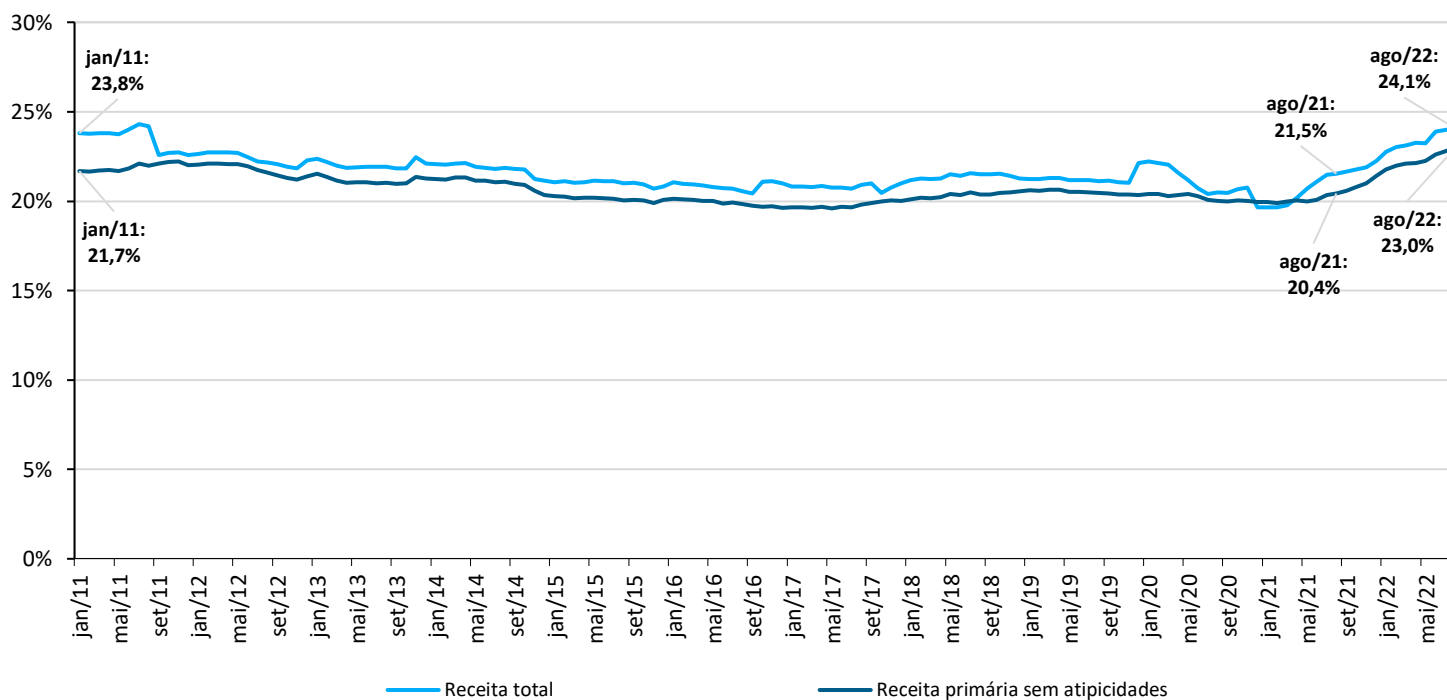
	Jan-Ago/20			Jan-Ago/21			Jan-Ago/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	891,2	-15,0%	18,5%	1.218,6	27,6%	21,4%	1.545,0	14,4%	24,2%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	554,5	-15,5%	11,5%	768,3	29,4%	13,5%	933,8	9,7%	14,6%
<i>Incentivos fiscais</i>	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	233,1	-12,8%	4,8%	280,8	12,4%	4,9%	332,9	7,0%	5,2%
<i>Receitas não administradas</i>	103,8	-17,0%	2,2%	169,6	52,2%	3,0%	278,4	47,9%	4,4%
Transferências	171,7	-10,2%	3,6%	228,9	24,3%	4,0%	304,5	20,1%	4,8%
Receita líquida	719,5	-16,1%	14,9%	989,8	28,4%	17,4%	1.240,5	13,1%	19,4%
Receita total sem atipicidades*	958,9	-5,7%	19,9%	1.173,2	14,2%	20,6%	1.472,8	13,2%	23,0%
Receita líquida sem atipicidades*	787,2	-4,7%	16,3%	944,3	12,0%	16,6%	1.168,3	11,6%	18,3%
PIB (R\$ bi correntes)	4.822,0			5.689,9			6.397,3		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

- Nos 12 meses encerrados em agosto, as receitas primárias convencional e recorrente continuaram a subir, embora em menor ritmo ao verificado nos meses anteriores.

EVOLUÇÃO EM 12 MESES DA RECEITA PRIMÁRIA CONVENCIONAL E RECORRENTE (% DO PIB)



Fonte: SIGA Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Projeção da IFI para a receita primária total é de queda em 2023 em razão do recuo esperado nas receitas não administradas.
- Redução se concentra nos recolhimentos de dividendos e participações. que cairiam de R\$ 95 bilhões, em 2022, para R\$ 38 bilhões em 2023.

COMPARATIVO DE PROJEÇÕES DE RECEITAS DA IFI PARA DIFERENTES CENÁRIOS

	2022		2023	
	Base	Alternativo	Base	Alternativo
1. Receita primária total	2.359,77	2.359,83	2.351,93	2.282,83
Receitas administradas	1.431,62	1.431,67	1.503,43	1.432,90
Arrecadação líquida para o RGPS	541,56	541,58	561,46	562,89
Receitas não administradas	386,64	386,64	287,04	287,04
2. Transferências por repartição de receita	466,09	466,10	475,43	453,12
3. Receita primária líquida [1-2]	1.893,68	1.893,73	1.876,50	1.829,70

Fonte: IFI.

- Despesa primária do governo central deve ter crescimento nominal de 12,9% em 2022.
- Crescimento é impulsionado por créditos extraordinários e o pagamento da sentença judicial referente ao aeroporto Campo de Marte.

DESPESA PRIMÁRIA – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2021 Realizado	2022 Projeção IFI	Variação	
			R\$ bilhões	%
Despesa Primária	1.614,2	1.822,5	208,4	12,9
Obrigatórias	1.490,3	1.665,7	175,4	11,8
Previdência (RGPS)	709,6	793,6	84,1	11,8
Pessoal	329,3	336,7	7,4	2,2
Abono Salarial e Seguro Desemprego	45,9	64,1	18,2	39,6
BPC	67,7	80,1	12,5	18,4
Bolsa Família	25,8	97,0	71,3	276,7
Demais obrigatórias	312,0	294,0	-18,0	-5,8
Discricionárias (Executivo)	123,9	156,9	33,0	26,6
<i>Memo:</i>				
<i>Enfrentamento da covid-19, EC 123 e Campo de Marte</i>	<i>121,4</i>	<i>86,3</i>	<i>-35,1</i>	<i>-28,9</i>
<i>Demais</i>	<i>1.492,7</i>	<i>1.736,2</i>	<i>243,5</i>	<i>16,3</i>

Fonte: Tesouro (2021) e IFI (2022). Elaboração: IFI.

- Despesa primária total atingiu R\$ 1.219,2 bilhões no acumulado de 2022.
- Despesas obrigatórias com controle de fluxo cresceram 43,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciadas pelo gasto com o Auxílio Brasil.

DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A AGOSTO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

Discriminação	Jan-Ago/20			Jan-Ago/21			Jan-Ago/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Despesa total	1.320,8	45,1%	27,4%	1.071,9	-24,4%	18,8%	1.219,2	2,6%	19,1%
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	458,6	14,0%	9,5%	491,3	-0,2%	8,6%	548,9	0,8%	8,6%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	208,9	-0,2%	4,3%	215,4	-3,9%	3,8%	219,8	-7,9%	3,4%
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	43,5	13,1%	0,9%	34,2	-26,1%	0,6%	51,0	34,2%	0,8%
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	41,8	2,7%	0,9%	45,3	1,0%	0,8%	52,2	4,0%	0,8%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	293,6	9884,3%	6,1%	82,7	-74,0%	1,5%	21,8	-76,0%	0,3%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	6,8	-11,6%	0,1%	5,2	-28,5%	0,1%	3,1	-46,2%	0,0%
<i>Fundeb</i>	11,3	1,3%	0,2%	13,0	7,0%	0,2%	21,6	50,4%	0,3%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	21,8	46,2%	0,5%	17,7	-24,9%	0,3%	15,7	-20,0%	0,2%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	23,8	129,4%	0,5%	5,3	-79,3%	0,1%	13,2	126,2%	0,2%
Obrigatórias	1.256,2	48,7%	26,1%	1.011,1	-25,0%	17,8%	1.112,2	-0,7%	17,4%
Obrigatórias com controle de fluxo	80,6	-12,2%	1,7%	90,3	4,6%	1,6%	143,5	43,3%	2,2%
Discricionárias	64,6	-0,6%	1,3%	60,8	-12,7%	1,1%	107,0	58,6%	1,7%
Despesa total sem atipicidades*	908,5	-0,2%	18,8%	943,6	-3,2%	16,6%	1.126,4	7,7%	17,6%
PIB (R\$ bi correntes)		4.822,0			5.689,9			6.397,3	

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Fonte: SIGA Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

- Expectativa da IFI é que o IPCA encerre 2022 em 6,4%.
- A projeção vem sendo revisada para baixo nas últimas semanas pelos economistas, o que afeta o teto de gastos da União em 2023.

PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023	
	Base	Alternativo	Base	Alternativo
Despesa total	1.822,5	1.822,5	1.869,5	1.869,4
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	793,6	793,6	862,2	862,2
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	336,7	336,7	372,4	372,4
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	64,1	64,1	68,6	68,7
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	80,1	80,1	89,4	89,4
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	53,4	53,4	2,0	2,0
<i>Fundeb</i>	33,4	33,4	40,0	40,0
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	19,2	19,2	24,7	24,7
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	21,5	21,5	22,1	22,1
Obrigatórias	1.665,7	1.665,7	1.753,7	1.753,7
Obrigatórias com controle de fluxo	222,6	222,6	239,0	239,0
Discricionárias	156,9	156,9	115,8	115,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Adicional de R\$ 200 para 21,6 milhões de famílias configuraria uma despesa de 0,5% do PIB com o Auxílio Brasil em 2023.
- Caso o gasto seja acomodado dentro da regra do teto, seria necessária uma compressão das despesas na ordem de R\$ 51,8 bilhões.
- A acomodação do gasto adicional do auxílio poderia ser feita por meio de redução nas despesas discricionárias do Poder Executivo da União.

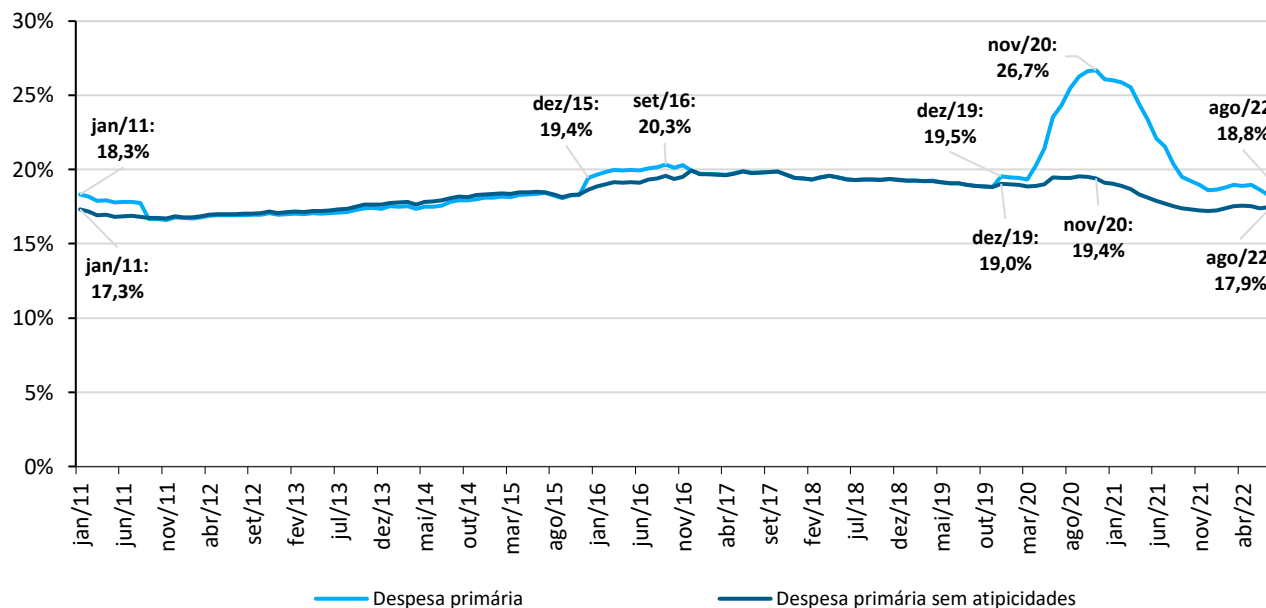
MODIFICAÇÃO DO CENÁRIO ALTERNATIVO PARA INCORPORAR A DESPESA DO AUXÍLIO BRASIL DE R\$ 600 A PARTIR DE 2023

Riscos Fiscais (2023)	R\$ bilhões		% do PIB	
	Cenário alternativo	Cenário alternativo modificado	Cenário alternativo	Cenário alternativo modificado
Auxílio Brasil em R\$ 600 p/ 21,6 milhões de famílias	-	51,8		0,5
Despesas discricionárias, caso incremento seja sujeito ao teto	115,7	63,9	1,1	0,6
Despesas primárias totais, caso incremento seja extra teto	1.869,4	1.921,3	17,9	18,4

Fonte: IFI.

- Despesas executadas sem contrapartida impulsionaram crescimento da despesa primária convencional em agosto.
- Destacam-se o financiamento de campanha eleitoral (R\$ 5 bilhões) e a indenização pelo uso do aeroporto Campo de Marte (R\$ 23,9 bilhões).
- No acumulado de 12 meses até agosto, a despesa primária como proporção do PIB subiu a 18,8%, mas continuou em nível relativamente controlado.

EVOLUÇÃO EM 12 MESES DA DESPESA PRIMÁRIA CONVENCIONAL E RECORRENTE - % DO PIB



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

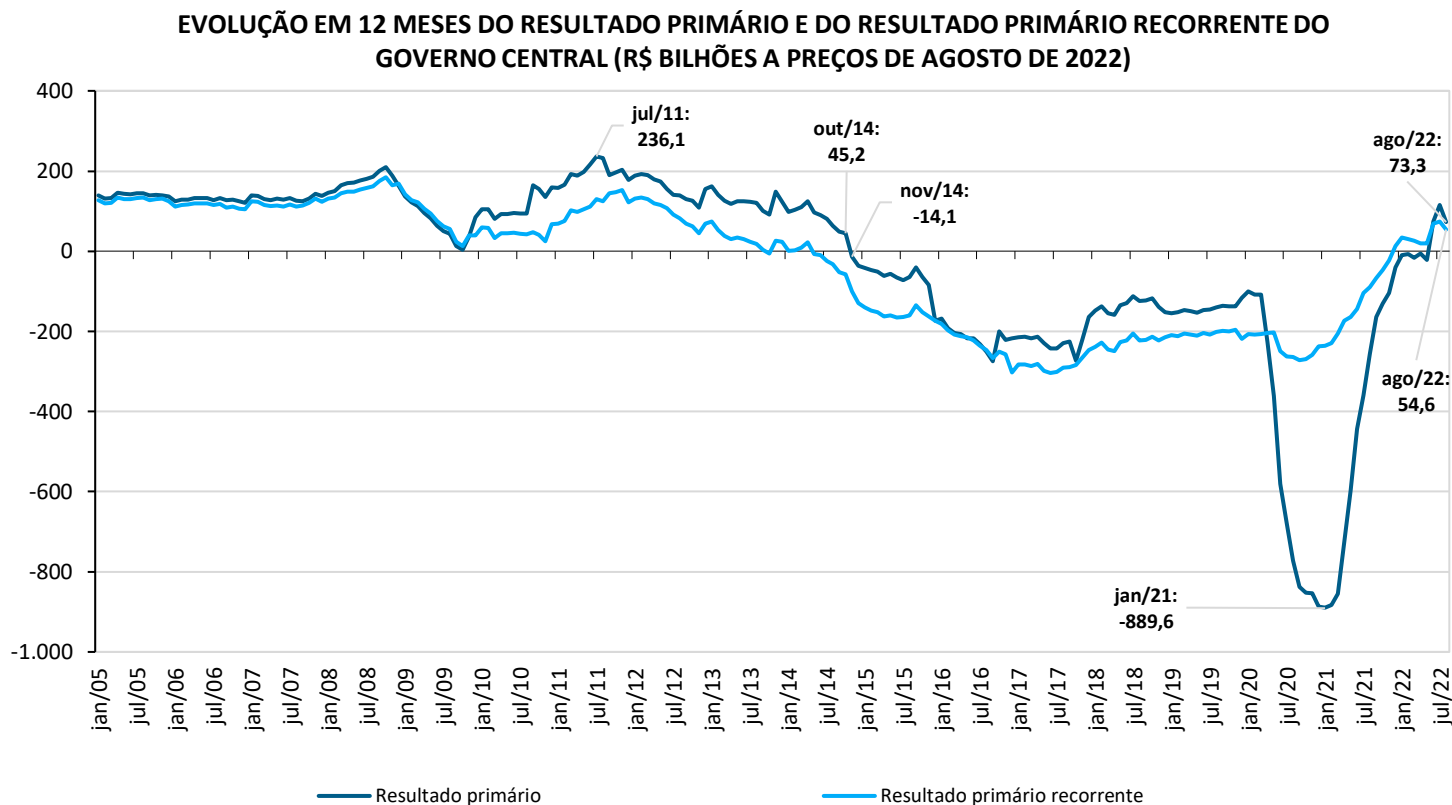
- Piso salarial aos profissionais de enfermagem traria impacto de R\$ 5,5 bilhões sobre as despesas do setor público e ficaria concentrado nos entes subnacionais.
- Impacto maior seria absorvido pelos municípios (R\$ 3,9 bilhões), enquanto os estados absorveriam um impacto de R\$ 1,4 bilhão.

ESTIMATIVA DE IMPACTO ANUAL DO PISO DA ENFERMAGEM SOBRE AS DESPESAS REMUNERATÓRIAS

Setor	Impacto anual (R\$ milhões)
Setor público	5.508,3
Esfera federal	26,9
Esfera estadual	1.499,4
Esfera municipal	3.929,3
Empresas públicas (das três esferas)	52,6
Setor privado empresarial	5.488,4
Setor privado sem fins lucrativos	6.382,9
Total	17.379,6

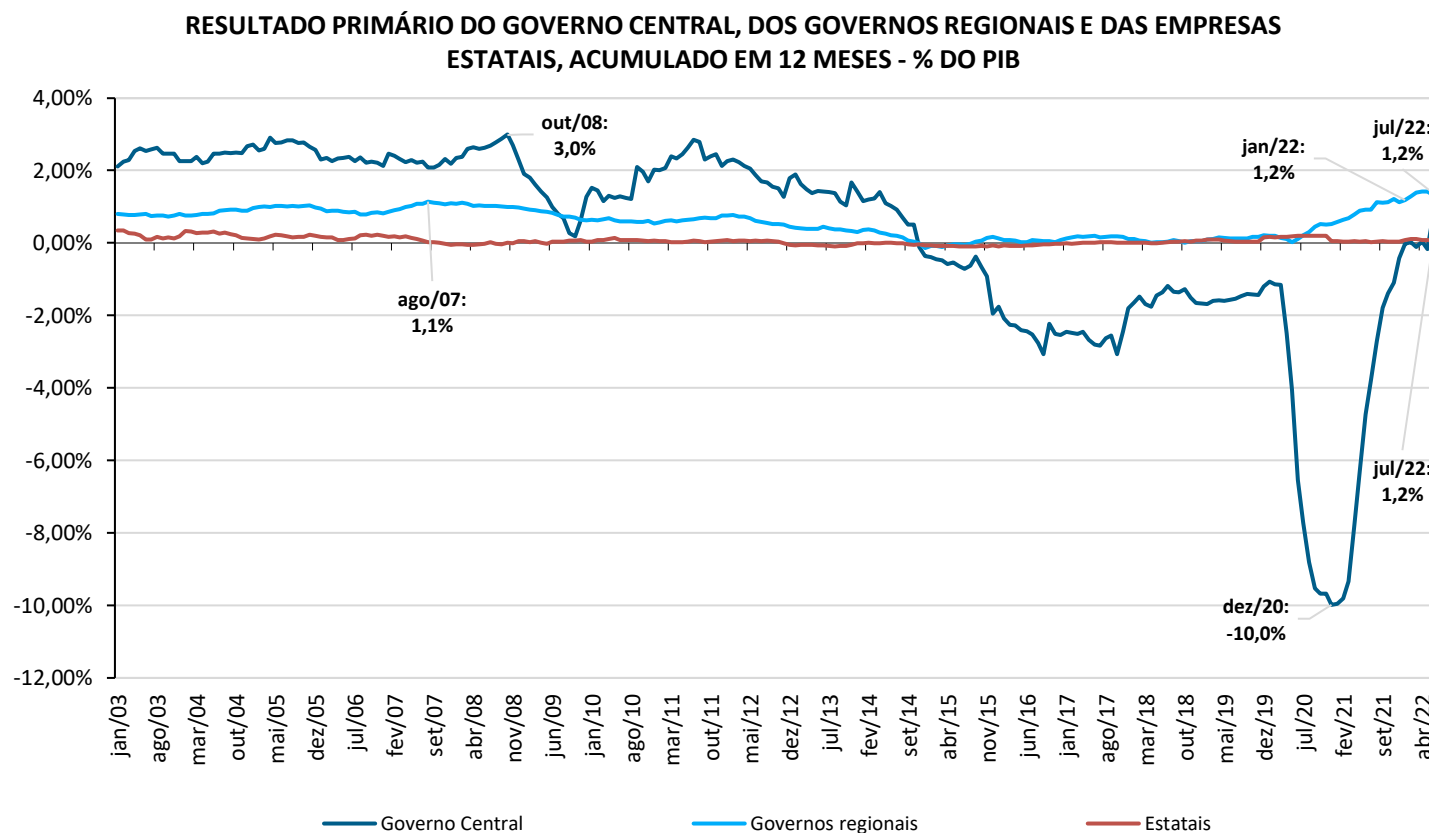
Elaboração: IFI, a partir de dados da RAIS 2020.

- Governo central teve superavit primário convencional de R\$ 73,3 bilhões nos 12 meses encerrados em agosto, a preços constantes de agosto de 2022.
- O resultado primário recorrente foi positivo em R\$ 54,6 bilhões no período.

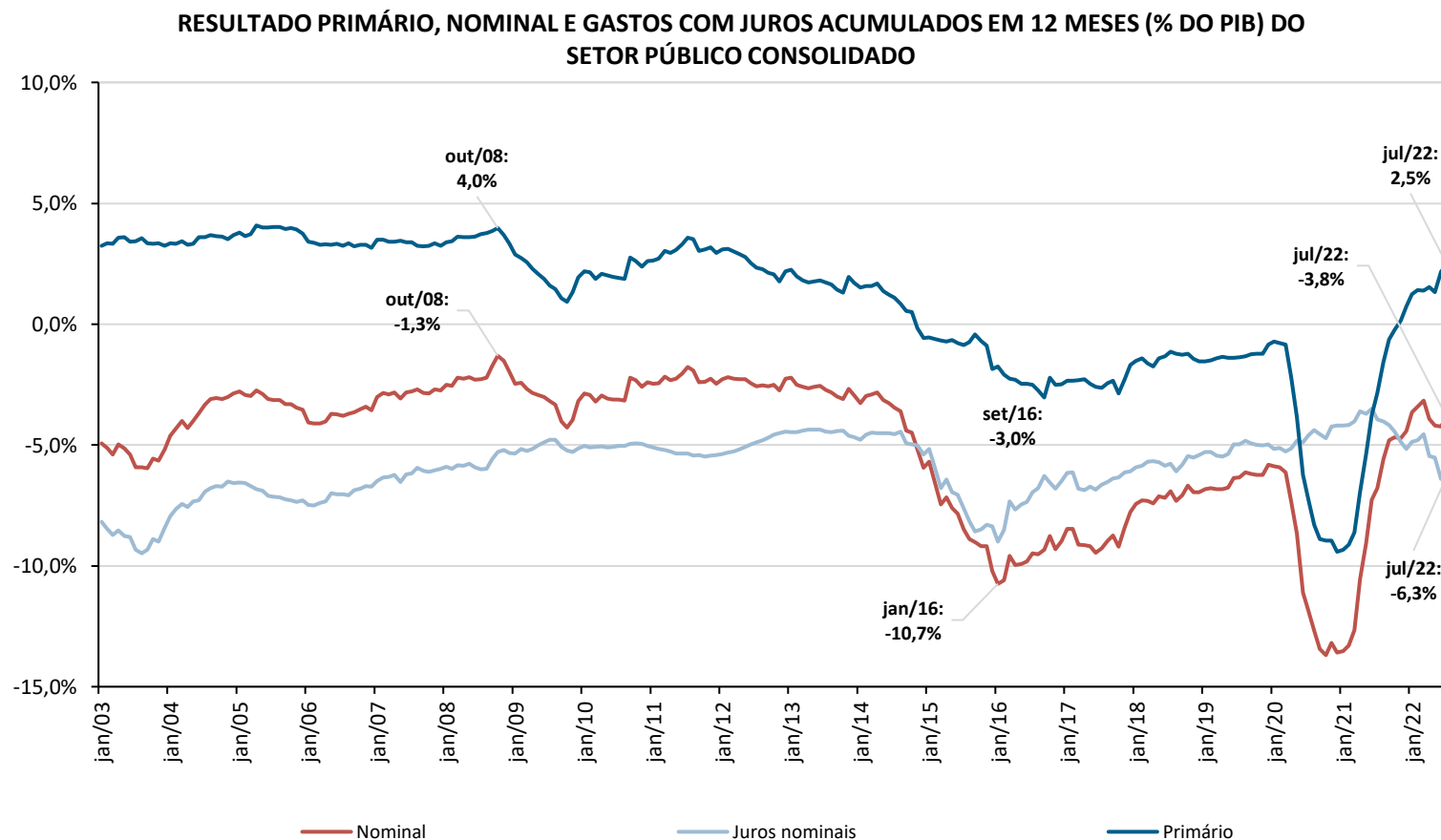


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Siga Brasil e Tesouro Gerencial. Elaboração: IFI.

- Superavit primário de estados e municípios começou a arrefecer a partir de junho.
- Mudança de tendência pode ter sido causada pelas inovações da Lei Complementar nº 194, que reduziram as alíquotas do ICMS incidentes sobre alguns itens (combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público).



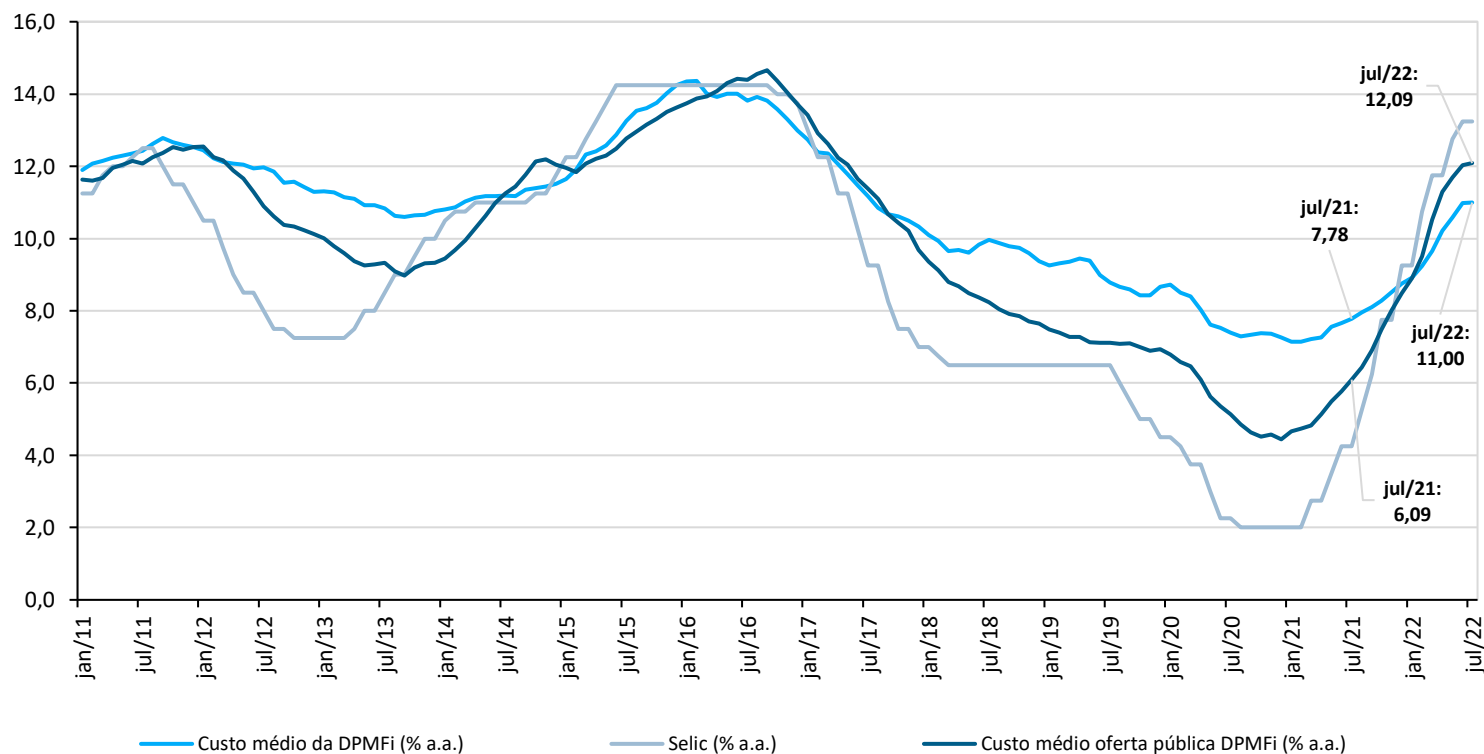
- Setor público consolidado teve deficit nominal de 3,8% do PIB em 12 meses até julho.
- Despesa de juros alcançou 6,3% do PIB nessa base de comparação e indica novas elevações nos próximos meses.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Custo médio da dívida pública mostrou estabilidade em julho em razão da perspectiva de encerramento do ciclo de aperto monetário do Banco Central.

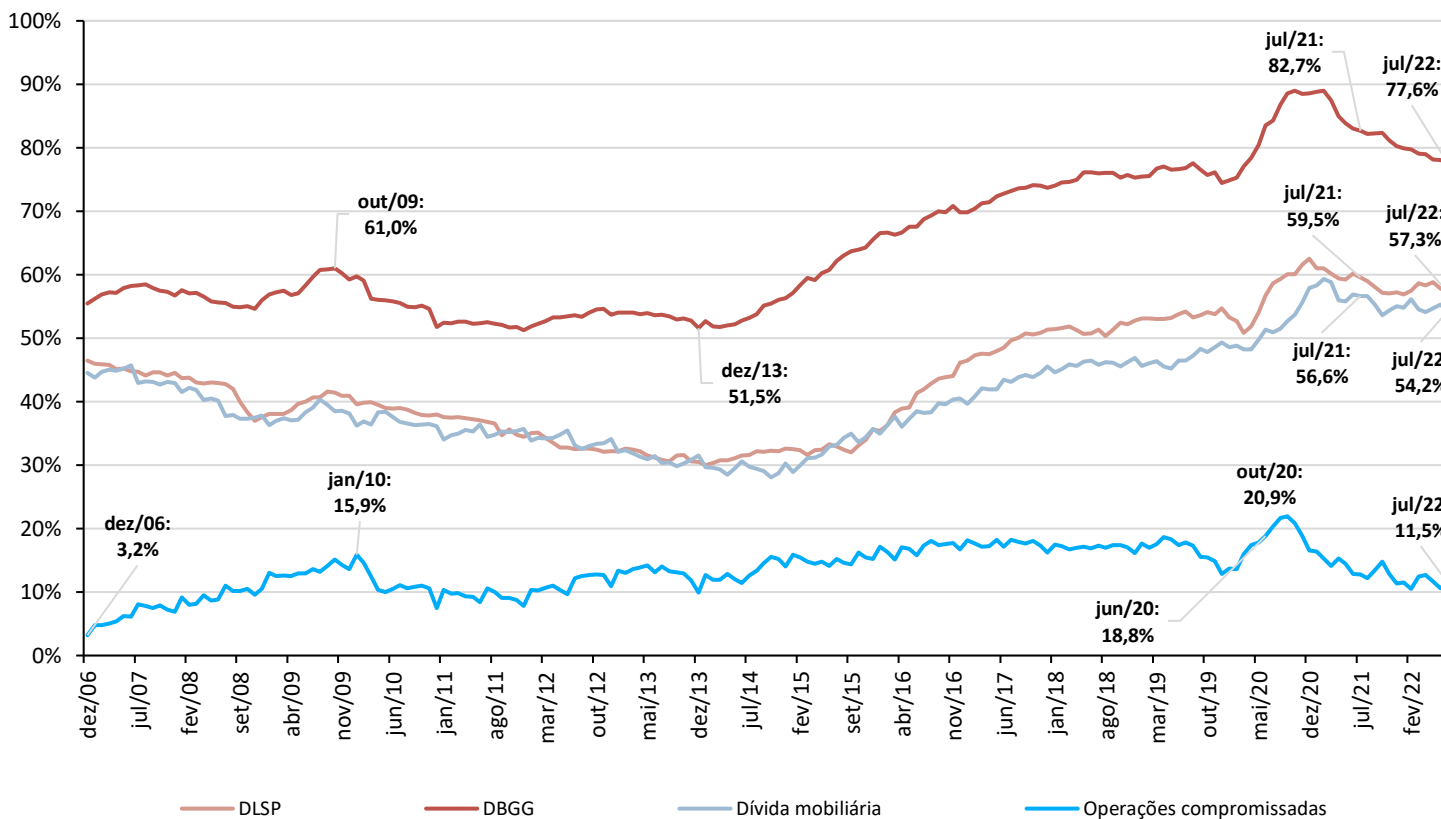
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (ESTOQUE E OFERTAS PÚBLICAS), ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES (% AO ANO) E TAXA SELIC - META (% AO ANO)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Aumento do PIB nominal e resgates líquidos de dívida contribuíram para a redução da dívida bruta em proporção do PIB no acumulado de 2022 até julho.
- Dívida bruta caiu 2,7 p.p. do PIB em 2022 no acumulado até julho.

INDICADORES DE DÍVIDA PÚBLICA E PRINCIPAIS COMPONENTES (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Pagamento do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 (fora do teto de gastos) aliado à prorrogação de algumas desonerações pode elevar a dívida bruta ao nível de 81,7% do PIB no fim de 2023.
- Com o pagamento do Auxílio no valor de R\$ 400, a expectativa é que a dívida bruta suba a 80,2% do PIB no próximo ano.

PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023		
	Base	Alternativo	Base	Alternativo	Alternativo modificado
Resultado primário do setor público consolidado	1,3%	1,3%	0,1%	-0,4%	-0,9%
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.784,87	9.785,20	10.407,87	10.434,47	10.434,47
PIB - cresc. real	2,6%	2,6%	0,6%	1,0%	1,0%
Deflator implícito do PIB	9,9%	9,9%	5,7%	5,5%	5,5%
Taxa implícita real	5,4%	5,4%	4,3%	5,5%	5,5%
DBGG (% do PIB)	78,1%	78,0%	80,2%	81,2%	81,7%

Fonte: IBGE, Banco Central. Elaboração: IFI.

- Cenário base: Sem prorrogação de medidas de estímulos para 2023.
- Cenário alternativo: Com prorrogação de medidas de estímulos, sendo o com adicional de R\$ 200 reais do Programa Auxílio Brasil pago por dentro do teto de gastos (sujeito a regra atual).
- Cenário alternativo modificado: Com prorrogação de medidas de estímulos, sendo o com adicional de R\$ 200 reais do Programa Auxílio Brasil pago por fora do teto de gastos (não sujeito a regra atual).

Projeções da IFI para 2022 e 2023

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2022			2023		
	Agosto	Setembro	Comparação	Agosto	Setembro	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	1,99	2,61	▲	0,56	0,59	▲
PIB – nominal (R\$ bilhões)	9.744,56	9.784,87	▲	10.382,95	10.407,87	▲
IPCA – acum. (% no ano)	7,19	6,44	▼	5,02	4,92	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,26	5,20	▼	5,18	5,22	▲
Ocupação - crescimento (%)	7,06	7,30	▲	0,27	0,28	▲
Massa salarial - crescimento (%)	3,31	4,19	▲	0,56	0,59	▲
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	13,75	=	10,50	10,50	=
Juros reais ex-ante (% a.a.)	6,10	6,03	▼	4,83	4,91	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	0,88	1,33	▲	0,06	0,07	▲
<i>dos quais Governo Central</i>	0,28	0,73	▲	0,06	0,07	▲
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	7,37	7,33	▼	6,31	6,26	▼
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,50	-6,00	▲	-6,25	-6,19	▲
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	78,82	78,05	▼	80,85	80,20	▼